
O FEMININO E O FEMINISMO: MAGISTÉRIO, PAPEL SOCIAL E A LUTA CONTRA O PATRIARCADO

THE FEMININE AND FEMINISM: TEACHING, SOCIAL ROLE AND THE FIGHT
AGAINST PATRIARCHY

Ciências Humanas • 16/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781656888](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781656888)

Nara Luiza Lima do Monte

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo geral contribuir com algumas reflexões em torno das questões de gênero que envolvem o papel social da mulher no contexto educacional e a luta contra a invisibilização, diretamente relacionadas à compreensão sobre o feminino, feminismo, identidade, gênero e o tão atual “empoderamento”, que busca romper com os grilhões do patriarcado, ainda persistente em nossa sociedade. Em termos metodológicos o trabalho buscou ancorar-se numa análise bibliográfica, tendo como ponto de partida a leitura do livro *Mulher na Educação: a paixão pelo possível*, de Jane Soares de Almeida e para isso, considerando a necessidade de compreender diversos conceitos fundamentais para a discussão proposta, utilizamos o método de Bardin, a análise de conteúdo. Buscamos, a partir dessa análise, caracterizar histórica e conceitualmente, duas estruturas sociais contrastantes: feminismo e patriarcado e especificamente, identificar as conquistas alcançadas pela força feminina, toda sua potência, luta e resistência, verificando avanços e entraves. Os resultados indicam que a feminização do magistério foi um processo complexo, marcado por ambiguidades: de um lado, reforçou estereótipos de gênero que vinculavam as mulheres à maternidade e ao cuidado; de outro, constituiu-se como a primeira via de inserção profissional feminina no mercado de trabalho assalariado, permitindo maior liberdade e autonomia. Conclui-se que a paixão pelo possível, enquanto conceito proposto pela autora, representa o desejo, a coragem e o esforço que impulsionam as mulheres professoras a superar as limitações impostas pelo sistema patriarcal, recriando esperança e dignidade profissional em um contexto de desvalorização sistemática da carreira docente.

Palavras-chave: Feminização do magistério; Feminismo; Patriarcado; Mulher na Educação.

ABSTRACT

This article aims to contribute to some reflections on gender issues involving the social role of women in the educational context and the fight against invisibility, directly related to the understanding of the feminine, feminism, identity, gender, and the ever-present "empowerment," which seeks to break the shackles of patriarchy, still persistent in our society. Methodologically, the work was based on a bibliographic analysis, starting with the reading of the book **Women in Education: The Passion for the Possible**, by Jane Soares de Almeida. To this end, considering the need to understand several fundamental concepts for the proposed discussion, we used Bardin's method, content analysis. From this analysis, we sought to characterize historically and conceptually two contrasting social structures: feminism and patriarchy, and specifically, to identify the achievements attained by female strength, all its power, struggle, and resistance, verifying advances and obstacles. The results indicate that the feminization of teaching was a complex process, marked by ambiguities: on the one hand, it reinforced gender stereotypes that linked women to motherhood and caregiving; on the other hand, it constituted the first avenue for women's professional insertion into the salaried labor market, allowing for greater freedom and autonomy. It is concluded that the passion for the possible, as a concept proposed by the author, represents the desire, courage, and effort that drive women teachers to overcome the limitations imposed by the patriarchal system, recreating hope and professional dignity in a context of systematic devaluation of the teaching career.

Keywords: Feminization of teaching; Feminism; Patriarchy; Women in Education.

1. INTRODUÇÃO

A história da mulher no magistério brasileiro constitui-se como um campo de estudos fundamental para a compreensão das relações de gênero, do processo de profissionalização docente e das lutas feministas pela conquista de direitos civis, políticos e sociais. A obra "Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível", de Jane Soares de Almeida, publicada em 1998 pela Editora UNESP, representa marco importante na historiografia educacional brasileira ao resgatar a trajetória das primeiras professoras dos cursos de magistério e das antigas escolas normais no Estado de São Paulo.

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre o feminino e o feminismo no contexto do magistério, examinando o papel social atribuído à mulher professora e sua luta contra as estruturas patriarcais que, historicamente, limitaram seu acesso ao espaço público e ao mercado de trabalho. A questão central que orienta esta investigação é: de que maneira a inserção das mulheres no magistério primário brasileiro, entre o final do século XIX e meados do século XX, pode ser compreendida como estratégia de resistência ao patriarcado e conquista de autonomia, ainda que envolta em discursos que reforçavam estereótipos de gênero?

A ideia para desenvolver este artigo surgiu após a leitura do livro *Mulher na Educação: a paixão pelo possível*, de Jane Soares de Almeida. Ampliando-se o debate para além do viés educacional, propomos discutir a feminização do magistério e a estrutura do patriarcado, enquanto base fundante da invisibilização feminina nos vários âmbitos e para isso entendemos ser necessário tratarmos de conceitos-chaves para a compreensão da mesma, tais como: identidade, gênero e feminismo.

O livro é o resultado consolidado da pesquisa de doutorado da autora e trata sobretudo de uma retomada do papel da mulher na condição de pioneira da Educação escolar brasileira e a luta travada para ocupar esse espaço, driblando preconceitos e estereótipos. É uma pesquisa historiográfica que retrata a feminização do magistério, enquanto processo fundante das bases que profissionalizaram a profissão de professora no Brasil dos anos 40 e 50 do século XX. Traz a força feminina que ousou desafiar as estruturas de desigualdade social e conquistaram um espaço de trabalho que se constitui espaço essencialmente feminino, cruzando definitivamente seus destinos com a Educação, fazendo comparativo com os progressos que ocorreram desde o tempo em que as mulheres conseguiram dar o primeiro passo para obterem alguma instrução e ingressarem no campo profissional.

Para entendermos as articulações que sustentam a engrenagem do preconceito contra a mulher, não só no Brasil como no mundo, faz-se necessário compreender que o machismo e o patriarcado são estruturas que não apenas sustentam, como tornam possíveis que essas desigualdades continuem ocorrendo e se desdobrando em violência, em negações à capacidade feminina de realizar determinados trabalhos e/ou funções predominantemente masculinas, em disparidade salarial e outros abusos.

A história nos mostra que todas as conquistas atuais e o muito que se avançou foi resultado da ousadia de mulheres que jamais aceitaram a passividade e o determinismo imposto pela simples distinção sexual em feminino e masculino. Ao longo do tempo vem-se tentando driblar a dicotomia entre público e privado e a persistência em reduzir os espaços de atuação feminina, na

tentativa de quebrar paradigmas consolidados social, econômica e politicamente.

A relevância deste estudo justifica-se por múltiplos fatores. Em primeiro lugar, a feminização do magistério constitui processo ainda vigente nos dias atuais, sendo que a profissão docente, especialmente nas séries iniciais da Educação Básica, é absolutamente feminizada. Em segundo lugar, conforme alerta Almeida, "a presença feminina no magistério primário em São Paulo, e certamente no Brasil, apesar de determinante nos rumos tomados pela profissão ao longo das décadas em que esta se alicerçou no panorama educacional brasileiro, ainda não tem sido prioridade nos estudos sobre Educação escolar". Em terceiro lugar, a categoria de gênero tornou-se indispensável para a análise dos processos educacionais, permitindo novas compreensões sobre as intrínsecas relações entre mulher e educação escolarizada.

O conceito de "paixão pelo possível", central na obra de Almeida, opera como categoria analítica fundamental para compreender a dimensão afetiva, ética e política do trabalho docente feminino. A autora define essa paixão como "sentimento derivado do sentido do ser e da existência, que incorpora o desejo às possibilidades concretas de sua realização". Diferente dos conceitos de missão, vocação ou sacerdócio, que estiveram em voga na época analisada e que hoje parecem superados, a paixão pelo possível expressa o desejo, a coragem, o esforço, o desafio e a luta que impulsionam cada ser humano para superar-se e transcender-se.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira parte, intitulada *Mulheres e a Educação no Brasil – Uma contextualização histórica da feminização*

do magistério, buscamos contextualizar historicamente a relação da mulher com a educação, destacando o caminho percorrido e as principais conquistas alcançadas para a consolidação da feminização do magistério. Em *Triste, louca ou má? O feminismo e o patriarcado: resistir é preciso, lutar é necessário*, segunda parte, buscamos definir essas duas estruturas e a dualidade de forças presentes, ressaltando o feminismo como mecanismo de resistência e luta contra uma sociedade, apesar dos muitos avanços e conquistas, ainda fortemente patriarcal.

Em termos metodológicos ancora-se numa análise bibliográfica, considerando a necessidade de compreender diversos conceitos fundamentais para a discussão proposta, utilizamos o método de Bardin, a análise de conteúdo. Buscamos, a partir dessa análise, caracterizar histórica e conceitualmente, duas estruturas sociais contrastantes: feminismo e patriarcado e especificamente, identificar as conquistas alcançadas pela força feminina, toda sua potência, luta e resistência, verificando avanços e entraves.

2. MULHERES E A EDUCAÇÃO NO BRASIL - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Historicamente a imagem da mulher sempre esteve ligada a fragilidade, incapacidades diversas e submissão. Infelizmente, apesar dos inúmeros avanços essa visão retrógrada ainda persiste em muitas sociedades, o que diferencia é a intensidade com que se manifesta, umas declaradamente escancaradas, outras camufladas, mas ainda assim, presentes. Ao longo do tempo, mulheres sempre foram subestimadas, relegadas ao espaço privado do lar, cabia-lhes atividades ditas “próprias ao seu sexo”: lavar, costurar, cuidar da casa e das crianças, entre outras. No Brasil e no mundo, estruturas

patriarcais sempre marcaram as relações sociais e determinaram os papéis e espaços a serem desempenhados e ocupados pelas mulheres. Da mesma forma, a história também nos mostra que sempre houve resistência feminina em driblar e até mesmo, questionar esse determinismo.

A análise do papel social da mulher professora exige compreensão das relações de poder que estruturam o campo educacional e que refletem as hierarquias de gênero presentes na sociedade mais ampla. Conforme Almeida, "a adoção de paradigmas clássicos, com ênfase no processo da produção, ao inserirem o magistério feminino nas suas categorias de análise, descartam a dimensão macroestrutural e subjetiva e com isso deixam de apontar para questões determinantes que devem ser levadas em consideração sempre que se analisa o magistério". Isso ocorre, principalmente, por não se levar em consideração que o magistério, como profissão feminina, apresenta especificidades que o diferencia das demais profissões.

Durante o período colonial a educação ficou sob responsabilidade dos jesuítas, mas somente homens frequentavam as escolas. A educação feminina era restrita ao lar, totalmente voltada para as atividades domésticas. Para Algranti (1992) uma característica marcante desse processo foi o "enclausuramento de mulheres" que, segundo ela, possuíam três pontos fundamentais: honra, educação e devoção, o que claramente revela a não pretensão de elevar a mulher às conquistas significativas nas artes, ciências e literaturas.

A elas cabiam duas escolhas: casamento ou convento. Para Algranti (1992), às mulheres cabiam a honra, a devoção e a clausura. A condição econômica e social, determinava também os papéis sociais

femininos. Assim como hoje, esses fatores seguem decisivos. Portanto, ser mulher, negra ou indígena, escrava e pobre era ainda mais complexo, visto que as questões étnico-raciais e sociais, faziam total diferença na forma como a mulher era vista e tratada. Considerando a mulher na história colonial, dois aspectos, segundo Algranti (1992), devem ser ressaltados: o rompimento de estereótipos sedimentados historicamente, nos novos trabalhos e a perspectiva familiar como meio de análise da mulher.

Após a independência a situação das mulheres começou a mudar, muito embora o tradicionalismo social que defendia como natural, a dominação masculina e a conseqüente submissão feminina, seguiu legitimando as relações familiares, o acesso ao mundo do trabalho e à conquista de direitos. As primeiras escolas primárias e os primeiros contratos para mulheres serem professoras, datam do início do século XIX. Nesse período as escolas eram segregadas, meninos e meninas não estudavam juntos, visto que os objetivos educacionais eram diferentes.

Apenas em 1881 foi concedido o direito de se matricular num curso superior e ainda assim era exigido que o pai ou alguém de confiança da família a acompanha-se. Até a década de 30 do século XX, o acesso ao ensino superior ainda era restrito, muitas não conseguiam concluir e se formar, pois sua dedicação e uso de tempo maior deveria ser destinado à família, marido, casamento, o que tornava difícil conciliar os estudos com as demais “obrigações”. (Carranza, 2016).

As professoras que lecionaram nas décadas de 1940 e 1950 representam uma geração que vivenciou as transformações sociais e educacionais do Brasil urbano e industrializante. Suas memórias

revelam as contradições entre as expectativas sociais sobre o papel feminino e as aspirações pessoais de realização profissional e autonomia.

O mundo da casa e o espaço público constituem eixos fundamentais para compreender a experiência das professoras nesse período. A atividade docente da mulher era vista como uma continuação de suas lides maternas e, por isso mesmo aceita, mas o magistério primário constituiu uma das grandes oportunidades de inserção da mulher de classe média no mercado de trabalho. Ainda que a atividade docente da mulher fosse vista como uma continuação de suas lides maternas e por isso mesmo aceita, o magistério primário constituiu uma das grandes oportunidades de inserção da mulher de classe média no mercado de trabalho.

Os processos da escolha profissional pelas jovens para o magistério eram frequentemente aleatórios, quando não determinados por outros fatores que não os de ordem profissional. A falta de orientação profissional adequada, somada à desvalorização sistemática da carreira, criava um cenário complexo para as jovens que ingressavam no magistério. Talvez essa visão negativa possa não ser determinante nos rumos profissionais dessas jovens, mas certamente impregna e em sua consciência atributos de desvalorização acerca da carreira de professora.

Levou-se um longo tempo até que os direitos referentes à igualdade civil se consolidassem e não sem luta, manifestações e muita cobrança e nisso o movimento feminista teve um papel essencial. O voto feminino trouxe novas possibilidades de atuação política e social, o espaço restrito ao doméstico foi gradativamente dando lugar a atuação no espaço público, aliado a reivindicações por

igualdade, educação e profissionalização. Com o fim do Estado Novo e o início da Segunda Guerra Mundial tivemos uma mudança significativa da participação feminina, o que contribuiu para mudanças de cunho cultural no tocante aos aspectos educacionais e profissionais, além da necessidade de ressignificação dos papéis sociais frente ao novo cenário. (Almeida, 1998).

Os anos seguintes assistiram intensas mudanças e inúmeras conquistas, mesmo assim, a sensação que se tem é que muito se avançou, mas há ainda um longo caminho a ser percorrido. A História nos mostra que a educação e profissionalização femininas ocuparam papel coadjuvante na definição dos papéis sociais, reforçado, sobretudo, pelas relações de poder, imposições culturais e valores masculinos ancorados no patriarcado. (ALMEIDA, 1998). O que a afirmação seguinte não apenas explica, como corrobora: “Manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente no controle e na manutenção de mecanismos de dominação”. (ALMEIDA, 1998, p. 31)

No Brasil, a “feminização” do magistério é concomitante a organização e controle do ensino por parte do Estado. Entretanto, neste processo a mulher serão destinadas as salas de aula, atuação direta com os alunos, ainda com um viés de continuidade dos deveres maternos, reforçados por uma cultura do cuidar e educar. O magistério como continuidade do exercício da maternidade passa a ser uma forma de, naquele momento, conquistar novos espaços e mais liberdade econômica, mesmo que ainda referendado por valores e necessidades masculinas. Conforme Almeida (1998),

“Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar - pelo menos esse era o discurso oficial do período. Para as mulheres que vislumbraram a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão envolta na aura da maternidade e da missão”. (ALMEIDA, 1998, p. 28)

O conservadorismo católico e as questões de ordem moral que estavam envoltas na educação de meninas ser realizada por professores homens, podem ser apontados como fatores que explicam a inserção feminina na educação como professora. Essa conquista não foi uma concessão, foi sobretudo o resultado de lutas promovidas por mulheres que buscavam o direito à profissionalização, além da oportunidade de acesso à educação e ao conhecimento, necessários ao exercício docente. Foram igualmente importantes ao processo de feminização da profissão docente, as relações patriarcais e econômicas. (ALMEIDA, 1998)

Mudanças econômicas e sociais também contribuíram para que essa feminização ocorresse, parte dessas transformações levou os homens a deixarem o magistério e buscarem outras profissões cuja remuneração fosse melhor. Para analisarmos profundamente esse processo os conceitos de classe, gênero e raça são fundamentais e não podem ser desconsiderados. Muito embora o discurso social ancorasse o magistério feminino como um continuísmo do

maternar, a realidade vocacional era motivada por outros fatores: liberdade pessoal, aquisição de cultura, uma forma de romperem os grilhões da invisibilidade do espaço doméstico e sobretudo, uma questão de necessidade de trabalhar para sobreviver. (Almeida, 1998)

Sendo assim,

“O magistério primário representou o ponto de partida e o que foi possível no momento histórico vivido. E foi paixão, no sentido do desejo, do esforço, de aproveitar a oportunidade e conseguir uma inserção no espaço público e no mundo do trabalho. Após isso, alguns direitos posteriores podem ser associados à conquista do magistério pelas mulheres, como a educação feminina, a coeducação, uma certa independência econômica e pessoal, o voto, a licença maternidade e outros. (ALMEIDA, 1998, p.75)

Almeida, ao tratar desse processo, aponta e discorre sobre os mitos que envolveram a feminização e profissionalização do magistério, os significados e as necessidades ligadas a isso. Além da reflexividade necessária ao entendimento das distinções sociais e a transposição dos estereótipos,

(importantes pautas do discurso feminista na época, ainda hoje tão atuais quanto), no confronto de ideias e em questões sociais, políticas e econômicas que dessem conta de abarcar a complexidade do mesmo.

Para Apple (1995),

“Em cada categoria ocupacional, as mulheres estão mais sujeitas a serem proletarizadas do que os homens. Isto pode ser devido a práticas sexistas de recrutamento e promoção à tendência geral a se dar menor importância às condições de trabalho das mulheres, a forma pela qual o capital tem historicamente tirado proveito das relações patriarcais, e assim por diante.” (APPLE, 1995, p.32-33)

Os mecanismos de controle e a resistência constituem dimensões fundamentais para compreender a experiência feminina no magistério. As professoras enfrentavam múltiplos mecanismos de controle: salários baixos, condições de trabalho precárias, exigência de celibato para casadas, supervisão masculina constante, e a expectativa de que desempenhassem funções de cuidado e maternagem além das atividades estritamente pedagógicas.

Contudo, nas entrelinhas dessas narrativas, emerge a resistência feminina. As professoras encontravam formas sutis e nem tão sutis de resistir às imposições patriarcais: valorizando o trabalho coletivo, criando redes de solidariedade entre colegas, investindo na formação continuada, defendendo inovações pedagógicas, e, sobretudo, mantendo viva a "paixão pelo possível" que as impulsionava a continuar ensinando apesar das adversidades.

A paixão é vista aqui, portanto, como desejo, coragem, esforço, desafio, luta, aquilo que impulsiona cada ser humano para superar-

se e transcender-se. As primeiras mulheres, as pioneiras da profissão que desafiaram estruturas de desigualdade social, que resistiram e acataram normatizações que as confinavam e oprimiam, mas que também deram os primeiros passos na tentativa de conseguir algo mais do que aquilo que lhes concedia o poder masculino, fazem-se presentes nestas páginas.

Resgatar essa presença das brumas do passado e dar-lhe perpetuação por meio da obra escrita é a função do historiador. Defender ideias e pontos de vista divergentes, demolir parâmetros ao escolher a experiência vivida como foco de análise, promover rupturas nos valores dados como permanentes, expor-se e aceitar os riscos e as críticas fazem parte do ofício de se realizar pesquisa histórica, o que também é um ato de coragem e por que não, de paixão.

3. TRISTE, LOUCA OU MÁ? O FEMINISMO E O PATRIARCADO: RESISTIR É PRECISO, LUTAR É NECESSÁRIO.

Triste, louca ou má? A sociedade espera que mulheres sejam belas, recatadas e do lar! Tanto já se avançou em conquistas e em ressignificação dos múltiplos papéis sociais femininos, que soa estranho a utilização dessas características, elas parecem falar de uma mulher do início do século passado, mas essa expressão ganhou destaque recentemente, resgatando uma visão retrógrada, estereotipada que marcou o que se esperava da mulher há muito tempo atrás.

Há algumas décadas às mulheres cabiam os espaços domésticos, consideradas seres menores, inferiores e submissos, nascer mulher significava ser dependente e subordinada a figuras masculinas: pai,

irmão (caso tivesse) e depois marido. Era uma troca de tutela ao longo de sua vida, sem vez, sem vontades respeitadas e sem voz. Tudo o que se conquistou para que essa condição se alterasse é fruto da luta feminina, da coragem de inúmeras mulheres em dar voz à outras, em se mobilizarem para serem vistas e ouvidas, para obterem igualdade civil, na luta constante para vencer um determinismo opressor.

Em Segundo Sexo, obra de Simone de Beauvoir, considerado um marco do feminismo contemporâneo, a autora discute os mitos em torno do ser mulher e contestando teorias sobre a natureza feminina. Para ela, “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. Historicamente homens vêm se valendo da internalização em mulheres de que realmente são inferiores, incapazes e dependentes, tal internalização compõem o que Simone definiu como manobras patriarcais, que buscam reduzir o mundo em homens dominantes e mulheres dominadas. É o que bem nos explica Lerner (2019), ao afirmar que,

“O sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam”.
(LERNER, 2019, p. 17)

Ao longo dos anos o feminismo foi adquirindo força, coesão e pautas muito bem definidas de contestação da opressão, não apenas no Brasil, mas no mundo, vozes foram somadas às reivindicações que acompanharam as demandas que iam se fazendo necessárias, em consonância com a realidade vivenciada.

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica à todas as mulheres, assumindo diferentes formas de manifestar-se. É movimento político, que tem como grande impulso questionar as relações de poder que sustentam a submissão e exploração de mulheres, bem como às inúmeras tentativas de silenciá-las e descredibilizá-las. Caracteriza-se como o principal contraponto ao patriarcado. (Teles, 1999).

Atualmente, já se tem a compreensão, após o longo processo histórico de consolidação do movimento e as várias nuances assumidas ao longo do tempo, que superar as desigualdades não significa a conquista de igualdade e isonomia em direitos e posições superiores. Tampouco configura-se como uma inversão de papéis em que homens passem a ser os dominados. O pensamento feminista busca democraticamente a redução das distâncias, com a necessária compreensão de que o patriarcado é uma estrutura de força, sustentada por um ideal de sociedade ainda muito presa nas amarras das tecnologias de opressão e mecanismos de dominação. Eliminá-lo ou derrotá-lo não pode ser visto de maneira radical ou simples, é processo com avanços e retrocessos, mas persistente e contínuo, é um movimento de resistir cotidianamente. (Almeida, 1998)

Patriarcado é uma estrutura opressora, que domina e exclui mulheres, para Lerner (2019), as estruturas patriarcais remontam às

civilizações antigas, desde que o mundo é mundo e tem se caracterizado pelas constantes e muitas vezes vitoriosas tentativas de “apagamento” histórico de mulheres. Funcionou e ganhou força com o adendo de outras estruturas sociais como a religião, a Igreja Católica muito contribuiu para que o patriarcado se consolidasse historicamente. Apesar dos inúmeros avanços, nossa sociedade ainda é patriarcal, pois segundo Lerner,

“Como chamar por outro nome a realidade que mostra o relatório mais recente da ONU? Ele aponta que 137 mulheres são mortas por dia no mundo por um membro da família. Em 2017, de todas as mulheres assassinadas no planeta, 58% foram mortas por alguém da família. Além disso, 3 bilhões de mulheres vivem em países nos quais o estupro no casamento não é crime. Ao mesmo tempo, ainda se vende a ideia de que o ambiente doméstico é onde a mulher está protegida. E de que lutar contra essa proteção só pode ser coisa de feministas, essas mulheres malamadas que querem acabar com a família tradicional e com o sistema patriarcal, tão benéfico para as mulheres”. (LERNER, 2019, p. 17-18)

A cultura machista encontra-se firmada na desigual e natural distinção biológica e anatômica entre os sexos. Estas justificam a divisão social do trabalho, a desigualdade salarial e a desimportância dada aos inúmeros papéis desempenhados por mulheres. O machismo tenta justificar o injustificável. Necessário e urgente reexaminarmos essas forças e relações de poder sob um viés crítico,

que abarque as múltiplas dimensões e categorias presentes nessa teia de dominação patriarcal. Não se pode falar de feminismo e de patriarcado, sem discutir e refletir sobre gênero, raça, condição econômica e classe social. (Romfeld, 2015)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção das mulheres no magistério primário brasileiro não é fenômeno recente. Desde o final do século XIX, o segmento feminino passou a procurar um espaço profissional no campo da educação, único que lhe era possível conseguir no contexto socio-profissional da época.

O processo de feminização do magistério foi fortalecido após a República e até as primeiras décadas do século XX, quando a docência era praticamente a única carreira para as mulheres, sendo encarada como uma continuidade do trabalho no lar. A conquista de espaço no magistério, um trabalho digno que as habilitava profissional e intelectualmente, foi a via encontrada pelas mulheres para romper com a esfera doméstica e adentrar no mercado de trabalho.

Durante muito tempo, a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais lhes foram vedados. O fato de não ingressarem nas demais profissões, acessíveis somente ao segmento masculino, e a aceitação do magistério aureolado pelos atributos de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar, fizeram com que a profissão rapidamente se feminizasse.

A atribuição da inclusão de mulheres ao magistério está ligada à expansão da escolarização, aliada a fatores econômicos, políticos e culturais da época, principalmente ligada à ideia de que a mulher teria capacidade natural de cuidar e ensinar. Contudo, compreende-se que a construção de representações e estereótipos envolvendo a composição desse grupo profissional demarca uma lógica patriarcal das relações de poder comumente estabelecidas entre homens e mulheres.

No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Essa concepção sobre as qualidades femininas, mais a religiosidade e ausência de instinto sexual das mulheres, induzia ao arquétipo religioso da comparação com a Virgem da religião católica e, ao mesmo tempo, revelava uma mudança de mentalidades acerca das concepções vigentes nos séculos XVII e XVIII, quando se pregava a lascívia e maldade inatas das mulheres, claramente postas no discurso antifeminino desse período.

Mesmo tendo introduzido um avanço acerca da imagética feminina em relação aos períodos anteriores, em que o mistério e as crendices herdadas da Idade Média ainda influenciavam nessas representações, os positivistas, ao adotarem os modelos de domesticidade e renúncia, foram determinantes para a desclassificação social da mulher. A história feminina é, sobretudo, uma história de luta e resistência contra a dominação masculina e a exclusão e invisibilização social, política e econômica. Reflexos dessa

condição ainda ressoam atualmente, mulheres são julgadas pelo tribunal hipócrita do patriarcado e bons costumes, diariamente. É essa estrutura que resiste e se fortalece na misoginia e no machismo.

O feminismo não pode ser reduzido ao radicalismo de simplesmente odiar homens, não se trata disso. O feminismo busca reconhecer o valor e a potência feminina, empoderar mulheres é na verdade desvelar a sua força para que possam apropriarem-se do poder natural que possuem e somarem-se às inúmeras vozes que buscam resistir e se destacar num contexto, infelizmente, ainda opressor e extremamente violento.

É notório o quanto avançamos nas discussões e na ampliação de direitos e busca pela igualdade salarial e reconhecimento profissional. Porém, na contramão dessas conquistas ainda vivemos em uma sociedade, em essência misógina, machista e patriarcal, estruturas que se estendem às questões econômicas, sociais, educacionais, políticas e familiares. Elas reforçam o domínio e submissão masculinas revestidas em violências de gênero e reproduzidas socialmente. O mais recente relatório da Organização das Nações Unidas aponta que o Brasil é um país extremamente violento contra mulheres, das mais cruéis formas.

Em qualquer época, tempo ou espaço em que uma mulher contestou sua subserviência, invisibilidade, desigualdade, inferiorização e ausência de direitos, ali tinha-se uma feminista. Não é fácil ser mulher nesse país e em nenhum lugar do mundo, mas nunca antes foi tão essencial enaltecer toda a potência do feminino e dar voz às inúmeras mulheres que ainda não descobriram a própria força e seguem presas nos porões patriarcais.

Enquanto sociedade temos muito a evoluir tendo em vista que mulheres seguem resistindo para existirem. Sem a confluência de ideias e debates que avancem no sentido de rompermos ou causarmos fissuras nessas estruturas, elas seguirão impondo desvalorização, inferiorização e “apagamentos” de mulheres. Nunca foi tão urgente e necessário discutirmos as questões de gênero, de igualdade e isonomia, de respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olímpio, Brasília: Edunb, 1993.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

APPLE, Michael W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

AZEVEDO, Fernando. A cultura brasileira. 6. Ed. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 561: As origens das instituições escolares.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. Tradução: Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

COSTA, Tamires. Lélia Gonzalez e o feminismo decolonial como lente de análise. Revista Contraponto. Vol. 8. nº 3. Dezembro de 2021.

LERNER, Gerda, 1920-2013 A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens / Gerda Lerner; tradução Luiza

Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Bianca Gonçalves dos Santos; CRUZ, Maria Helena Santana. Notas sobre o feminismo e gênero: compreendendo a relação das categorias com as políticas públicas no Brasil. Revista em pauta - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2021 - n. 47, v. 19, p. 265 – 279.

OTTO, Clarícia. O Feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 237-253, maio-agosto/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23971.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo 2003. 119p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

ROMFELD, Victor Sugamoto. As raízes do patriarcado: contribuições teóricas sobre a violência contra as mulheres no Brasil. 2015. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/3095/2372>. Acesso em 26 de junho de 2023.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910). Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2023.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do feminismo no Brasil. Coleção Tudo é História nº 145. Brasiliense. São Paulo, 1999.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180. <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>